

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA Nº 9 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 26 DE ABRIL DE 2019**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Tarouca, e salão nobre dos Paços do Município, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Rui Manuel da Costa Pereira, coadjuvado pelos membros Anabela de Sousa Campos Santos Carvalho e Carlos Alberto dos Santos Assunção Teixeira, primeiro e segundo secretários, respetivamente. Estiveram ainda presentes para além dos supramencionados, os seguintes membros:

- Membros eleitos diretamente:

- António Luís Carrapa Sarmento; José António Amaro Nunes; Sara Maria Paiva da Guia; João Miguel Oliveira Sarmento; Manuel Leite dos Santos; Liliana Luísa Dias Monteiro; Carlos Alberto Moura Cabral; Tiago José Gomes Ildefonso e Pompeu Ventura Sorrilha.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira; Rui Fernando Guedes Raimundo e Manuel do Carmo Ferreira.

Não compareceram os seguintes membros:

- José Manuel Andrade Oliveira; Luís Gonzaga de Lemos Pereira Leite; e Liliana Matias Soares.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Técnica Superior, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2017 - 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, e todos os cidadãos presentes, tendo chamado a atenção do público para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento do período de intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

Foi elaborada esta minuta relativamente aos seguintes pontos da ordem do dia:

❖ PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

❖ Apreciação e votação da ata nº 8 da sessão ordinária de 01.02.2019;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informações.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1 Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2018;

2 Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2018, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda.";

3 Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2018 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do nº 2, do art. 18º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09, alterada pela Lei nº 142/2015, de 08.09);

4 Apreciação e votação do 3º relatório semestral até 31.12.2018 sobre a execução do Plano de saneamento ajustado - empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017;

5 Apreciação e votação da proposta de 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019;

6 Apreciação e votação do pedido de autorização para adesão do Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais;

7 Apreciação e votação do pedido de autorização para assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar relativo à empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca";

8 Apreciação do Relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei nº 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de 2018;

9 Apreciação da informação respeitante à autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - Informação referente ao período de 23.01.2019 a 16.04.2019;

10 Apreciação dos diplomas de transferência de novas competências para os órgãos municipais em matéria de educação, cultura, saúde e proteção animal;

11 Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****❖ PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)****PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 8 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 01.02.2019**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número oito da sessão ordinária de um de fevereiro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da ata número oito da sessão ordinária de um de fevereiro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não participaram na votação da ata os membros Balduino do Carmo Fonseca e Manuel do Carmo Ferreira, por não terem estado presentes naquela reunião.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: INFORMAÇÕES

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou por dizer que gostaria de se pronunciar sobre o teor de um parágrafo da II Edição do Boletim Informativo do PS Tarouca, que faz uma menção direta ao desempenho da sua pessoa enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no decurso da sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 2018, e que passou a citar: "O debate foi tão aceso, que o Sr. Presidente da Assembleia teve que cortar a palavra a um Sr. Deputado do Partido Socialista que defendia, legitimamente, a posição do PS, para não haver mais discussão".

Esclareceu que tal afirmação não corresponde à verdade dado que, no decurso do 1º ponto da Ordem de Trabalhos da referida sessão da Assembleia Municipal de 24 de setembro de 2018, que versava sobre "AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL", teve efetivamente que interromper a intervenção do membro Luís Leite, porque este não respeitou as regras regimentais previstas designadamente no artigo 18º do Regimento do órgão, que diz, que "O período da ordem do dia será exclusivamente destinado à matéria constante da ordem do dia." e, salvo melhor opinião, a avaliação do boletim informativo do PS nada tinha a ver com a matéria em discussão, pelo que, não havia qualquer legitimidade, naquele momento, para a intervenção daquele membro sobre a matéria referida.

Acrescentou que esta situação já foi devidamente explicada aquando da aprovação da ata daquela sessão, que ocorreu na sessão seguinte, ou seja, em dezembro de 2018.

Referiu que vivemos numa democracia e como tal, devemos respeitar as regras de funcionamento das instituições.

Considera que na política não pode valer tudo, lamentando que o PS como força política com enorme responsabilidade

neste Concelho utilize esse tipo de expedientes para por em causa o desempenho do Presidente desta Assembleia Municipal. Disse ainda que se algum dos membros entender apresentar alguma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, é aqui o local próprio para a discussão de eventuais alterações ao mesmo.

Nesta altura, o membro **José António Amaro Nunes** pediu a palavra para a defesa da honra.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** em resposta disse que entende que na sua intervenção não ofendeu a honra daquele membro, nem de qualquer outra pessoa, pois apenas se referiu ao que está escrito num boletim que foi publicado. Disse-lhe ainda que terá oportunidade de intervir no período antes da ordem do dia sobre o assunto que entender.

Prosseguiu a sua intervenção, destacando a seguinte correspondência recebida, e salientando que a Mesa da Assembleia faz sempre todos os esforços para estar presente nos eventos para que são convidados:

- Agrupamento de Escolas de Tarouca - convite para o Fórum sobre o Voluntariado
- Museu Diocesano de Lamego - convite para a Exposição Missionária
- Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim - convite para o evento "Comer os Milhos"
- Associação Sociocultural de São João de Tarouca - convite para a Rota dos Moinhos de Cister
- Unidade de Cuidados na Comunidade de Tarouca - convite para a palestra sobre "Perturbações do Desenvolvimento Infantil"
- Jornal do Centro - convite para a conferência "O Nosso Apoio Social"
- ANAM - convite para o Seminário " 2021 - Um Novo Paradigma para o Poder Local"
- ANAM - pedido de informação sobre as Boas Práticas da Assembleia Municipal
- AEDREL - pedido de informações para a publicação da Revista das Assembleias Municipais.

Ressaltou a participação na cerimónia de inauguração do Renovado Parque da Alcácia, o qual entende que é um espaço requalificado e valorizado, com novas valências, que oferece, aos seus visitantes, as condições necessárias para disfrutarem de um espaço de descanso, convívio e lazer em perfeita harmonia com a Natureza.

Referiu que participou ainda no concerto solidário "Todos Juntos pelo André" e no recital de Piano que teve lugar no Auditório Municipal de Tarouca

Informou que foi realizada a reunião da Comissão Permanente, no dia dezoito de abril, com a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara, para uma explicação sobre as contas do Município relativas ao ano dois mil e dezoito, agradecendo a disponibilidade e a explicação dada.



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Em relação às comemorações do 45º aniversário do 25 de abril, disse que, este ano, foram realizadas em moldes ligeiramente diferentes do ano anterior, dado que não se cingiram apenas ao dia 25 de abril, mas também a um conjunto de iniciativas que decorreram durante a semana.

Referiu as atividades organizadas pelo Agrupamento de Escolas que desde o início se associou a estas comemorações, a quem deixou uma palavra de reconhecimento e gratidão na pessoa do Senhor Diretor do Agrupamento.

Destacou, no final do dia 24 de abril, o momento cultural de excelência com a recriação de "os tempos do Estado Novo e a Revolução dos Cravos", organizado de forma articulada pelos elementos do Projeto "Tarouca Ensina +" e da Academia de Música, com a participação de professores e alunos da nossa escola e da "La Tuna" - Tuna do Liceu de Lamego. Agradeceu a todos o empenho e a dedicação que manifestaram na realização deste evento cultural.

Referiu que no dia 25 de abril, e não obstante a chuva que, sendo muito importante para a agricultura do nosso concelho, dificultou as atividades realizadas no exterior, considera que foi uma manhã extraordinária carregada de emoção e de simbologia, em que se comemorou a liberdade e a cidadania. Salientou que é sempre um orgulho enorme, ver as Bandas do Concelho a tocar em conjunto, este ano sem a presença da Banda de Salzedas por questões logísticas, quer no hastear das Bandeiras, quer no transporte das Bandeiras, que simboliza o transporte do poder, que os cidadãos lhes confiaram, de um local para o outro.

Relativamente à sessão solene, salientou as intervenções dos representantes dos grupos municipais, por terem sido pequenas e com mensagens interessantes; a cerimónia de entrega dos prémios aos melhores alunos do Agrupamento de Escolas de Tarouca, porque é um sinal claro de que a educação no Concelho está a evoluir positivamente, considerando que é uma situação muito importante pois a educação é um pilar fundamental da nossa sociedade.

Reiterou os agradecimentos às Bandas de Música que puderam estar presentes pela sua dedicação, aos Bombeiros Voluntários de Tarouca pela prestimosa colaboração, aos colaboradores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, à Sra. Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, aos colaboradores que confeccionaram o almoço-convívio, aos colaboradores do Auditório Municipal e a todas as Associações do Concelho que compareceram e participaram no percurso do transporte das bandeiras. Por último, mas não menos importante, uma palavra de reconhecimento e gratidão ao Senhor Presidente da Câmara e seu Executivo pela disponibilidade permanente para colaborar em iniciativas desta Assembleia Municipal.

Informou que o membro José Manuel Andrade Oliveira comunicou por ofício datado de vinte e quatro de abril corrente a sua renúncia ao mandato, por motivos de ordem profissional, e

que, por isso, será convocado para a próxima sessão o membro que se seguir na ordem da respetiva lista, a qual será arquivada sob o número dezassete, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Verificando-se, de seguida, que não houve inscrições para o 1º momento do período de intervenção do público, passou-se à **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO**

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu às Associações do Concelho pela dinâmica que têm criado com os seus eventos. Destacou o Ginásio Clube de Tarouca pela participação no Campeonato Nacional de Andebol, com dois escalões, e o Sport Clube de Tarouca com a recente chamada de quatro atletas para as seleções distritais de Viseu. Apelou à participação de todos no I Trail Rota do Varosa, no próximo dia 1 de maio, que está a ser organizado pela Associação Vale Varosa e que já conta com cerca de quatrocentas inscrições.

Referiu a realização do campeonato de motocross pelo Clube Motorizado de Tarouca, com provas regionais e nacionais, nos próximos dias 11 e 12 de maio. Referiu ainda que o Sport Clube de Tarouca vai organizar a II edição do Taroucup, que se disputará nos próximos dias 15 e 16 de junho.

Concluiu dizendo que as Associações desportivas do Concelho, que envolvem vários escalões etários, estão no bom caminho, devendo dar-lhe continuidade.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Relativamente à inauguração do Parque da Alcácima, que foi anteriormente motivo de critica pelo estado de abandono, disse que todos agora se devem sentir orgulhosos pela obra ali realizada, devendo ajudá-la a defender e a preservar.

Quanto às comemorações do 25 de Abril, disse que gostou do modelo e dos discursos que foram feitos na sessão solene.

Lançou um alerta relativo à desertificação do interior, uma vez que é um problema que se agrava dia após dia, cuja responsabilidade tem sido transversal a todos os Governos, e o que mais o aborrece é a hipocrisia dos discursos dos políticos a nível central, cujo teor é sempre a favor do Interior, mas depois na prática desviam tudo o que é possível para o litoral, porque ali obtêm muitos mais votos. Salientou que os autarcas do Interior fazem trabalhos fantásticos, contudo as pessoas são obrigadas a deslocar-se para o litoral à procura de emprego. Considera que as Assembleias Municipais e as CIMS deveriam criar um movimento de revolta para se fazerem ouvir junto do Governo Central.



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Manifestou também a sua revolta no que respeita à questão dos transportes, pois quando foram aplicadas as portagens nos IP's, justificaram-nas com o princípio do utilizador-pagador, por isso não percebe porque não se aplica agora o mesmo princípio aos transportes nas grandes Cidades.

- **Manuel Leite dos Santos** - Manifestou o seu reconhecimento em relação à celebração do 25 de Abril que realçou como um evento muito positivo, deixando os parabéns a todos quantos o conceberam, permitiram e realizaram.

Referiu as contas de faturação da água que continuam muito elevadas e a crescer, entendendo que são as fugas de vários tipos uma das causas. Por tal, devem merecer da autarquia acuidade, mais combate e determinação, sob pena de se estar a adiar a solução. Considera que nada fazer torna o controlo cada vez mais complexo e desmesurado e que nada sendo feito de concreto, se está a prejudicar a política do ambiente que exige de cada um e de todos nós, pois poupar água é um dever, porque a água é, cada vez mais, um bem precioso que merece ser salvaguardado e colher a maior atenção.

Referiu que, como foi dito na sessão anterior, há instituições que têm água, mas não têm contador. Por outro lado, há desvios de água, feitos por processos irregulares, e não lícitos. Por isso, entende que é um imperativo a autarquia promover o indispensável combate e agir com ações, por exemplo, instalando contadores em todos os consumidores, nomeadamente, nas escolas, jardins públicos e nas instituições de solidariedade social. E, ainda, setorizar zonas de consumidores e a cada zona associar o respetivo contador totalizador. Desta forma será mais fácil e possível detetarem-se as fugas e agir em conformidade. Não é correta a indiferença, nem empurrar o problema por comodidade, pois que, deste modo, continuarão a ser pagas faturas que só aumentam a dívida às Águas do Norte em prejuízo da autarquia. Urge inadiavelmente arrancar um trabalho exaustivo a competir a uma empresa especializada e nunca de forma amadora.

Ressaltou que isto tudo terá custos, contudo traduzirão um investimento que vale seguramente implementar. E, aqui, a autarquia é a mais responsável e poderá ser apontada se nada fizer.

Por outro lado, entende que a saúde pública não pode descurar-se, pois as canalizações deterioradas podem gerar problemas graves. Lembrou, a propósito, o caso do município de Vila Nova de Poiares que procedeu a uma intervenção de substituição da rede de abastecimento de água de consumo humano, obras que inseriu em projetos de remodelação, alguns com candidaturas apresentadas aos fundos estruturais comunitários.

2. Solicitou ainda a instalação de rede elétrica de apoio aos agricultores para ligação das bombas de rega instaladas

em furos, em articulação com as Juntas de Freguesia por meio do levantamento das necessidades junto dos agricultores, conforme proposta já apresentada em sessões anteriores pelo Grupo do Partido Socialista.

- **Tiago José Gomes Ildefonso** - Considera que as comemorações do 25 de Abril foram muito interessantes e que os líderes dos Grupos Municipais estiveram bem nos seus discursos.

A propósito, disse que entende que liberdade também é igualdade e quando vê a diferença entre o valor do ordenado mínimo dos trabalhadores do serviço público e do privado, julga que isso arrasa com o princípio da igualdade no nosso País. Considera que o Estado é responsável por essa situação e se os privados não conseguem pagar o mesmo valor aos trabalhadores, deveria identificar os problemas.

Disse que se está a caminhar para uma rutura financeira das IPSS's do Interior pois, cada vez mais, têm responsabilidades acrescidas e mais custos com os respetivos funcionários e material, dado o estado dos seus utentes, não sendo acompanhadas da parte do Estado com as compensações devidas. Manifestou o seu apreço aos "Valdemares" do Interior que apoiam as IPSS's dos seus concelhos, deixando o alerta ao Estado Central, e também à população para que se junte para colaborar na angariação de receitas para aquelas instituições.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse o seguinte: "Não era minha intenção voltar a trazer a esta Assembleia o assunto dos boletins do PS, mas como diz o povo "quem não se sente não é filho de boa gente". Portanto vamos ser claros, eu, em primeiro lugar, detesto a hipocrisia, quando se diz que se quer o melhor para o Concelho e a seguir se demitem dos órgãos para os quais são eleitos democraticamente, algo não está certo, ou seja, o interesse particular fica acima do interesse público e de Tarouca, tendo sido a minha intervenção criticar e chamar a atenção para uma propaganda do PS da qual eu não posso aceitar, essa sim não passa do tal espetáculo improdutivo e efêmero que o PS diz que está a acontecer no Concelho. Mas já agora que falam da falta de uma visão para o Concelho, da qual eu não discordo, estão a esquecer-se que governaram o Concelho durante 16 anos, e eu pergunto qual foi a estratégia que desenvolveram e que este Executivo não prosseguiu, para os Tarouquenses ficarem esclarecidos. Não foi com certeza a zona industrial que esteve sempre em projetos, essa sim, feita em tempo oportuno poderia ter criado emprego e fixado empresas em Tarouca, por forma a que a Câmara Municipal deixasse de ser a 1ª fonte de emprego neste Município, mas essa é uma estratégia que não convinha a muitos e o PS local lá deve saber porquê. Quanto ao referido, que não se aposta na agricultura e na valorização dos produtos endógenos, eu desafiava a bancada do PS e os seus vereadores, a dizerem nesta Assembleia qual

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a sua visão para a valorização dos referidos produtos endógenos e dinamização da agricultura, com certeza que não deve querer coletivizar esta atividade produtiva.

Neste aspeto até vou avivar a memória do que o PS fez neste Município para valorização desses produtos agrícolas, substituindo-se à iniciativa privada, criando a Régiefrutas, por isso lanço aqui um desafio ao Presidente da Mesa e ao Executivo, para que na próxima sessão da Assembleia Municipal seja colocado num ponto da ordem do dia um assunto sobre a apreciação e discussão sobre a Régiefrutas, colocando desde já os pontos que gostaria que fossem debatidos:

- Capital inicial da Régiefrutas;
- Sócios iniciais da Régiefrutas e valor da comparticipação de cada, bem como da situação atual;
- Valor do investimento inicial e o acumulado até à data;
- Valor do subsídio a fundo perdido recebido, e outras fontes de financiamento;
- Valor da dívida às instituições quando começou a laborar, e aos fornecedores, bem como a dívida atual;
- Quantidade de produtos processados no início e a sua evolução em termos de quantidades e de faturação;
- Evolução do pessoal empregue;
- Evolução das dívidas, quer às instituições, quer aos fornecedores;
- Evolução dos resultados;
- Evolução dos capitais próprios.

Também quero dizer que concordo que Tarouca está abandonada e cada vez mais entregue a si. Mas pensando melhor não podemos ser demagógicos e culpar só por culpar o Executivo atual de Tarouca, todos temos responsabilidade, e o PS com certeza que não fica de fora senão sendo o principal responsável, quer a nível local, quer com certeza a nível nacional. A nível local por ter dirigido o Concelho, e o ter deixado em estado de saneamento financeiro e de excesso de endividamento e não ter sido capaz de atrair investimento privado para o Concelho. A nível nacional, porque ficou à vista com a virtual descentralização levada a efeito pelo PS, que o interior não interessa para as contas, como é um problema, que o resolva quem cá está, ou seja, foi dado um passo definitivo para a morte do interior.

E se o País está melhor, claro que está melhor, mas não consigo admitir também esta demagogia, também era o que faltava que depois de tanto sacrifício dos portugueses e das empresas o País não estivesse melhor, mas pelo menos o PS devia ter um espírito mais democrático, agradecendo a todos os portugueses e ao Governo anterior de ter a coragem de consolidar as contas públicas, colocando à frente os interesses do País do que os interesses próprios do partido, é essa lição de cultura democrática que o PS não está a ter,

até porque é Governo sem ter ganho as eleições, sujeitando-se a um estado de coisas que em nada beneficia o futuro do nosso País, e daqui a alguns anos se todos estivermos ainda por cá, vão com certeza verificar que esta visão é lúcida e não demagógica, pois basta estar atento às greves sucessivas de todos os setores, os CCT celebrados antes de 2012 metidos na gaveta para não ser publicada a sua denúncia, porque a geringonça assim o exige, pois existem feudos e regalias que não podem ser perdidos."

- **José António Amaro Nunes** - Iniciou por explicar que, quando quis usar da palavra para a defesa da honra, era para dizer que não concorda com o juízo de valor que o Senhor Presidente da Assembleia fez na sua intervenção, uma vez que a pessoa em causa não está presente para se defender, para além de que entende que o assunto já foi esclarecido numa reunião anterior.

Salientou que não tem responsabilidades sobre a elaboração do boletim do PS, mas reconhece orgulhosamente que as entidades da terra acabam por ler o boletim/pasquim, como o queiram chamar, pois até o representante do CDS falou dele. Disse que percebeu que a Área Empresarial vai deixar de ser executada por administração direta, e passar a ser executada por empreitada, tendo pedido esclarecimentos sobre o assunto, designadamente se vai ser candidatada aos fundos comunitários. Disse ainda que teve oportunidade de ver que houve reclamação do relatório de arbitragem da expropriação da Área Empresarial, pedindo também esclarecimento sobre o assunto.

Referiu que havia uma ação contra os proprietários do pelourinho de Tarouca, mas agora deu conta que essa ação já não existe, tendo perguntado o que é que aconteceu.

Perguntou se é verdade que o Julgado de Paz vai ser mudado para a Escola N° 1 de Tarouca.

Ao membro Tiago José Gomes Ildefonso disse que aos "Valdemares" deverá retirar o de Pedrógão.

Ao membro Vitor Alexandre Cardoso Ferreira, no que respeita ao desporto, disse que Tarouca tinha uma estratégia para o desporto, desde 1998, em conjunto com Escola E.B.2/3, S que assentava na modalidade de andebol, e foi confrontado esta semana com o facto de ter sido celebrado um protocolo com a Associação de Futebol de Viseu e o Agrupamento de Escolas para a modalidade de futebol. Considera que isto são opções, salientando, no entanto, que o nosso Concelho teve sempre os melhores resultados na modalidade de andebol. Perguntou por isso se esta foi uma mudança da estratégia desportiva do Concelho.

Perguntou ainda ao membro Carlos Alberto Moura Cabral se no seu discurso do 25 de Abril, quando se referiu aos lugares dos amigos e familiares, se se circunscreveu apenas ao



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Governo do Partido Socialista ou também se queria referir ao que acontece localmente.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que gostou muito da forma como decorreram este ano as comemorações do 25 de Abril por não se terem cingido ao dia em si e terem envolvido muito mais atividades do que o habitual. Considera que a iniciativa do dia 24 de abril foi uma forma muito mais eficaz para os alunos aprenderem algo sobre o 25 de Abril e sobre o Estado Novo. Deu os parabéns à Câmara Municipal, aos técnicos do projeto Ensina+, à Academia de Música, ao Agrupamento de Escolas, agradecendo o facto de terem convidado a "La Tuna" - Tuna do Agrupamento Latino Coelho para participar.

Disse ainda que a sessão solene foi muito agradável e simples, mas com muito significado, tendo a tarde livre sido também muito importante. Deu por isso os parabéns à Mesa pela organização.

Referiu o início das obras do Parque Ribeirinho, que considera que é uma grande obra para a promoção turística da cidade e do Concelho e para o lazer dos Tarouquenses.

Destacou a presença do Município na BTL o que é muito importante para a promoção turística do Concelho, do seu património e dos recursos endógenos, para promover o que temos de melhor.

Solidarizou-se com o que o Senhor Presidente da Assembleia disse sobre o Boletim do PS, tendo salientado que não tem mais nada a acrescentar sobre o assunto, depois de ter consultado o significado do termo pasquim, com que o membro José António Amaro Nunes apelidou aquele boletim.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio tendo explicado que o Presidente da Assembleia tem obrigação de ler tudo o que é publicado no Concelho. Acrescentou que só se pronunciou sobre o boletim do PS, porque tinha a ver com uma situação que lhe dizia respeito, a qual já tinha explicado na sessão de dezembro.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Em resposta ao membro José António Amaro Nunes explicou que as suas afirmações têm a ver com o nível de ética e valores que servem para todo e qualquer político, por isso a sua chamada de atenção destinou-se a todos os decisores políticos, porque entende que não é preciso ser clarificada a Lei conforme foi afirmado por Sua Excelência o Presidente da República.

- **José António Amaro Nunes** - Explicou que utilizou o termo pasquim, apenas porque se estava a referir à forma como foi tratado o Boletim do PS pelos membros intervenientes.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia e a sua equipa pela forma como

decorreram as comemorações do 25 de Abril, tendo salientado a noite cultural do dia 24 que foi muito bem passada. Ressaltou também os discursos da sessão solene do 25 de Abril e a conferência que se realizou hoje de manhã sobre o Estado Novo, a qual foi enriquecedora para os alunos.

Ao membro Vitor Alexandre Cardoso Ferreira disse que o associativismo do Concelho tem efetivamente tido um papel muito importante, porque têm criado muita vida no Concelho, designadamente, com os diversos desportos praticados, de andebol, futebol e futsal, tendo o Município sido sempre um grande parceiro.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo, quanto à desertificação do Concelho, disse que muito se tem falado sobre esse assunto, pois as notícias são diárias. Disse ainda que estava considerado no Quadro Comunitário 20/30 um pacote de muitos milhões para combater a desertificação, o qual foi cortado, apesar das reclamações da CIMDouro, por isso, entende que o mais importante é continuarem a fazer o melhor possível pelo concelho.

Ao membro Manuel Leite dos Santos disse que não gostou de o ouvir dizer que há situações consentidas nos desvios da água, pois não aceita que mexam com a sua idoneidade e se houvesse alguém que comprovasse essa situação ele demitir-se-ia de imediato. Informou que vão ser colocados contadores em todas as Instituições/Associações do Concelho, que ainda não tinham.

Disse ainda que estão atentos aos fundos comunitários e vão apresentando candidaturas a tudo quanto é possível.

Ao membro Tiago José Gomes Ildefonso disse que concorda com o que disse na sua intervenção sobre as IPSS's, pois são instituições de grande importância para qualquer Concelho em termos sociais e, por isso, se o Governo não as apoia da forma como devia, os Municípios têm de apoiar dentro das suas possibilidades, até porque não podemos, por exemplo, recorrer à Santa Casa da Misericórdia quando há uma necessidade e depois não a apoiar.

Ao membro José António Amaro Nunes informou que efetivamente foi apresentada reclamação do relatório de arbitragem da Área da Empresarial e agora o Município vai recorrer. No ponto sete da ordem do dia responderá às restantes questões colocadas sobre a AAEL.

Quanto ao pelourinho, explicou que o Tribunal Judicial se declarou incompetente para a ação, tendo passado para o Tribunal Administrativo. A propósito deste assunto, lembrou um processo que este membro apresentou contra si próprio, na altura das eleições, por causa de um cartaz colocado no Mártir S. Sebastião, o qual já teve a sentença, tendo ficado ilibado de qualquer responsabilidade.

Em relação ao Julgado de Paz, esclareceu que vai mudar para a antiga Escola de Tarouca, cuja remodelação estava já a ser



Fl. 088

2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

realizada por administração direta, mas quando perceberam que era possível candidatá-la aos fundos comunitários pararam com a sua execução e apresentaram a candidatura, que está já aprovada.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, que em resposta ao membro Manuel Leite dos Santos, explicou que foram abertas candidaturas para a reparação de fugas de água, mas para Tarouca só estava previsto o valor de € 9.000,00 (nove mil euros), uma vez que é o montante que corresponde a 50% do valor destinado à colocação de novos contadores e selos de segurança, que orçaram em € 18.000,00 (dezoito mil euros), por isso optaram por ir executando esse trabalho a expensas do Município, conforme é possível.

Quanto à colocação dos contadores nas várias instituições do Concelho que ainda não tinham, informou que, tal como informou na sessão anterior, já está em marcha.

Em relação aos contadores totalizadores, explicou que eles já existem em cada um dos pontos de abastecimento de água do Concelho, e que podem é ser colocados contadores que sejam subtotalizadores.

Disse ainda que no Concelho 99,8% dos resultados das análises da água são muito bons para consumo humano, pelo que lhe parece não haver perigo de saúde pública.

Referiu ainda que entende que é grave a afirmação que fez em relação aos desvios de água, quando disse que haveria desvios consentidos, garantindo-lhe que este Executivo não tem conhecimento de qualquer desvio de água que tenha sido feito de forma consentida, pois quando têm conhecimento que alguém desviou a água de forma menos lícita é levantado o respetivo processo judicial.

Relativamente à rede elétrica de apoio aos agricultores, disse que têm vindo a ser resolvidos os problemas que lhes têm sido apresentados. Por isso, solicitou-lhe que identifique os locais onde a mesma é necessária, para que possa ser avaliada, uma vez que não há candidaturas abertas para redes elétricas em caminhos agrícolas, a não ser que sejam apresentadas pelo próprio produtor agrícola.

Concluiu informando o membro José António Amaro Nunes que relativamente ao protocolo celebrado com a Associação de Futebol de Viseu, é um protocolo que está a ser celebrado em todo o País e, por isso, mal parceria que Tarouca não aceitasse. Contudo, e para além do apoio ao futebol, lembrou o apoio que é dado ao Ginásio Clube de Tarouca na modalidade do Andebol, o apoio à atividade de natação de competição, o apoio às atividades de BTT, entre outras. Salientou que se aparecerem outras Associações desportivas a proporem protocolos, procederão da mesma forma, tendo em conta a importância de todos os desportos para o Concelho,

salientando que o protocolo realizado para a modalidade de futebol já existe para o andebol no nosso concelho há alguns anos.

O **membro José António Amaro Nunes** esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que não apresentou nenhum processo contra ele, pois o que se passou foi que na altura da última campanha eleitoral, e como mandatário do Partido Socialista, apresentou uma queixa à Comissão de Eleições por causa da publicitação das obras de Alcáçima, que estavam num placard na rotunda do Mártir S. Sebastião. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de representante do Município, foi notificado pela Comissão de Eleições para explicar os motivos daquela publicitação, e como não deu qualquer resposta no prazo estipulado, a Comissão de Eleições decidiu que o Município devia retirar o placard, dando-lhe um prazo. Esta decisão também não foi cumprida pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo que a referida queixa seguiu para o Ministério Público, nos termos legais. Acrescentou que se o Senhor Presidente da Câmara tivesse informado a Comissão de Eleições que a publicitação da obra era obrigatória nos termos da Lei, o processo teria sido de imediato resolvido, sem necessidade de chegar ao Ministério Público.

O **Senhor Presidente da Câmara** em resposta esclareceu que o processo não veio em nome do Presidente da Câmara, mas sim em seu nome pessoal, Valdemar de Carvalho Pereira, salientando que não respondeu à Comissão de Eleições, porque entendeu que o membro José António Amaro Nunes, por ter sido Vereador desta Câmara Municipal durante dezasseis anos, tinha obrigação de saber que a publicitação daquela obra era obrigatória nos termos da lei.

O **membro Manuel Leite dos Santos** esclareceu que as irregularidades de desvio de água que referiu foram na sequência do que ouviu falar na última sessão, de que havia alguns habilitados no Concelho a fazê-lo, nunca tendo afirmado que eram consentidas pelo Executivo, até porque na sua intervenção leu o texto que tinha escrito, e dele não consta essa afirmação.

Terminadas as intervenções, passou-se à discussão da ordem do dia.

PONTO 1: APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2018

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e a respectiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, elaborado de acordo com o POCAL, no valor líquido de 29.966.103,00 € (vinte e nove milhões novecentos e sessenta e seis mil e cento e três euros), aprovado em



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

reunião camarária de dezoito de abril corrente, o qual foi enviado previamente a todos os membros para apreciação.

Intervieram os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Sugeriu que o ponto número um e o ponto número dois fossem discutidos ao mesmo tempo. Lembrou que na parte dos investimentos financeiros deveria ser abatida a ficha da Residência.

- **José Antônio Amaro Nunes** - Disse que, mais uma vez, na certificação legal é referida a falta de avaliação do imobilizado, tendo perguntado se vai ser feita alguma coisa. Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para prestar os esclarecimentos necessários. **O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que concorda com a sugestão do membro Carlos Alberto Moura Cabral.

Acrescentou que este documento é algo que nunca estará concluído na plenitude, porque abrange todo o território do Concelho, e há muitas situações que não foram possíveis ainda inventariar, o que foi assumido desde o início das Auditorias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que se algum membro se quiser pronunciar no ponto seguinte sobre o inventário, o poderá fazer.

Foi apreciado e tomado conhecimento do inventário, bem como de todos os documentos que o compõem e da respetiva avaliação, referente ao ano de 2018.

PONTO 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2018

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezoito, elaborados nos termos do Decreto - Lei nº 59-A/99, de vinte e dois de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas número 4/2001, de 18 de agosto de 2001, acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as mesmas, apresentados pela sociedade de revisores oficiais de contas "BDO & Associados, SROC, Lda." aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de dezoito de abril corrente, os quais foram enviados previamente a todos os membros para apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou por referir que a execução orçamental foi de setenta por cento.

No que respeita às receitas, salientou a dependência do Município relativamente às transferências do governo central e fundos comunitários:

Relativamente às despesas, referiu o peso relevante das despesas de pessoal e do serviço da dívida à banca, situação que, aliada a dependência do Município ao nível das receitas limita a sua atuação.

Disse ainda que não obstante todas as dificuldades, gostaria de valorizar todo o trabalho e empenho do Executivo no cumprimento das obrigações do Município, no desenvolvimento do Concelho e na criação de melhores condições para os Tarouquenses.

Destacou ainda a saída da situação de excesso de endividamento.

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por dirigir uma palavra de reconhecimento à Chefe de Divisão e aos colaboradores pelo trabalho e empenho na elaboração destes documentos e ao Senhor Vice-Presidente pela colaboração, disponibilidade e entrega para a elaboração e apresentação dos documentos.

Referiu que é um objetivo do Executivo melhorar a execução orçamental, mas não tem sido possível fazer melhor, porque têm surgido constrangimentos que não têm permitido atingir a execução que pretendiam.

Salientou as obras de proximidade que têm realizado, manifestando o seu apreço às Juntas de Freguesia pela colaboração com este Município, pois estão sempre atentos às necessidades da população.

Ressaltou ainda o apoio que o Município tem vindo a dar às Associações e Instituições do Concelho.

Concluiu manifestando o seu reconhecimento ao trabalho dos funcionários do Município, porque grande parte das obras são feitas por eles.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para apresentar os documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara pela confiança que em si tem depositado na questão das contas do Município. Agradeceu ainda a todos os funcionários pelo trabalho desenvolvido, aos Vereadores do Partido Socialista e à Comissão Permanente por terem estado presentes na explicação mais pormenorizada que fez.

Quanto às Grandes Opções do Plano, explicou que, dos cinco milhões e novecentos mil euros previstos, foram realizados apenas três milhões, ou seja, cinquenta e um por cento, cujo desvio se deve ao seguinte: - atraso da celebração do acordo com as Águas do Norte, cuja regulamentação só foi publicada em janeiro de 2019; - pagamentos à EDP, Ferrovial e Resinorte; e ainda ao atraso na abertura de avisos dos Fundos Comunitários, designadamente os seguintes: - Tarouc@ i-acessível: porque só abriu no 2º semestre e está em curso; - Projeto BEM: só tiveram resposta de aprovação em 2019; - Eficiência energética: alteração ao concurso Leds e só agora em contratação; - Cadastro de rede de água e saneamento: processo judicial desde 2016; - PROVERE: início em 2017, em



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

abril de 2018 assinado protocolo de parceria e só agora se apresentaram as candidaturas; - Reabilitação rede viária: sem avisos até à data; -PAMUS: abertura dos avisos em abril de 2019, em curso; - POISE: redes de águas e saneamento sem novos avisos.

Salientou que esta sua explicação se aplica às GOP, mas também a toda a área orçamental, no que respeita aos desvios orçamentais.

Referiu o que foi feito nas diversas áreas funcionais, designadamente o seguinte:

- Proteção civil e luta contra incêndios: - limpeza da rede primária e secundária; limpeza das faixas de gestão de combustível; apoio financeiro e logístico aos Bombeiros Voluntários de Tarouca.

- Educação: - Fornecimento de refeições escolares ao 1º ciclo e pré-escola; livros de fichas do 1º ciclo gratuitas; ATL -Crescer a Sorrir; transportes públicos gratuitos; e o PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

- Saúde: - Viatura de apoio à saúde nas aldeias e acompanhamento e combate da solidão.

- Ação Social: é uma função exigente e contínua, muitas atividades e ações têm sido realizadas, de forma discreta, mas de resposta rápida.

- Ordenamento do Território: - PARU; Requalificação do núcleo antigo da cidade de Tarouca; Requalificação do Parque de Alcácima; Zonas ribeirinhas de Tarouca e Ucanha, com muito esforço do Município, designadamente para a compra dos terrenos, sem qualquer apoio comunitário.

- Saneamento e abastecimento de água - Ótimos resultados das análises da água para consumo; - saneamento concluído na baixa de Valverde, Pico e Amiais; reparação da ETAR de Ucanha.

- Proteção do meio ambiente e conservação da natureza: - Plano de prevenção de RSU; Plano de ação da recolha seletiva; - realização de ações de sensibilização, muitas vezes em parceria com a escola; galardão Eco Município.

- Cultura, desporto, recreio e lazer: - Realização de eventos diferenciadores e mobilizadores; o cinema quase sempre de lotação esgotada; o apoio aos vários desportos de afirmação do território aventura; formação desportiva para jovens (andebol, futebol, natação, BTT).

- Agricultura: - Recuperação de alguns açudes, regadios e caminhos agrícolas; o Apoio à Regiefrutas, cujo empenho do Senhor Presidente da Câmara destacou, porque transformou aquela empresa.

- Indústria e energia: área de acolhimento empresarial local e candidatura à iluminação pública LED.

- Transportes e comunicação: candidatura ao PAMUS - vedação da Variante Este;

- Turismo: realização de eventos promotores do turismo; participação na BTL; maior visitação e maior taxa de ocupação das unidades existentes no Concelho; reabertura do Hotel Douro Cister, sempre com lotação esgotada; concessão de diversas licenças para alojamento local.

Prosseguiu explicando a execução orçamental da receita e da despesa e os respetivos desvios.

Quanto à receita, salientou que a receita corrente tem sido quase sempre muito superior à receita de capital, só em 2017 isso não aconteceu, por causa da reformulação do Plano de Saneamento Financeiro.

Em relação às receitas do IMI, disse que continua a diminuir ano após ano, porque continuam a aparecer sempre novas isenções, desde que esta passou a ser automática.

Ressaltou que foi cumprida e superada a meta de redução fixada no nº 3 do artigo 52º da Lei 73/2013, de 03.09 e por consequência o Município de Tarouca saiu da situação de excesso de endividamento, o que os deixa muito orgulhosos, uma vez que o conseguiram sem nunca colocarem em causa os postos de trabalho dos funcionários, nem ter faltado o apoio social, nem mesmo as obras de proximidade.

Demonstrou a evolução dos pagamentos em atraso a mais de 90 dias, tendo explicado que o aumento do valor se deveu ao acordo com as Águas do Norte que estava previsto para 2018 e apenas se concretizou em 2019, como já tinha explicado anteriormente. Este acordo influenciou também o prazo médio de pagamento que não é de 248 dias, mas sim de 110 dias, quando retirado o referido acordo.

Passou à apresentação da parte patrimonial, lamentando que não esteja ainda em aplicação o SNC-AP, uma vez que os Municípios continuam a ser medidos pela sua execução orçamental, o que nunca traduzirá na plenitude e com transparência o que se passa nas contas dos Municípios.

Apresentou uma síntese da situação financeira da Autarquia e dos respetivos custos e proveitos de exercício, situação do ativo, dos fundos próprios e do passivo, tendo salientado a grande dependência das receitas do Estado, o que se agravou com a perda da receita do IMI.

Referiu o resultado líquido de 2018 que é de €557.552,89 negativos, que resulta do facto das receitas do Município não terem aumentado, mas pelo contrário terem diminuído, como foi o caso das transferências do Estado. Ao nível das despesas disse que tiveram alguns aumentos, na área dos fornecimentos de serviços externos e dos gastos com pessoal o que se deve ao aumento do salário mínimo nacional, ao desbloqueio das carreiras da função pública e ao conjunto de precários que passaram para o mapa de pessoal, porque eram contabilizados como fornecimento de serviços externos e agora passaram a integrar os gastos com pessoal. Na área dos

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

impostos e taxas, disse que tiveram reduções, o que é motivo de preocupação.

Concluiu referindo a certificação legal de contas, que mais uma vez foca a questão do inventário, e que deixa duas ênfases, a primeira sobre a questão da dívida às Águas do Norte, que nunca foi reconhecida, cujo processo decorre em Tribunal, como é do conhecimento de todos e a segunda ênfase que tem a ver com os fundos disponíveis negativos.

Intervieram de seguida os seguintes membros:

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse o seguinte: "Em primeiro lugar refiro que as contas recebidas não estão assinadas, pelo que solicitava que, da próxima vez, fosse cumprido esse requisito, bem como face à informação extensa e complexa destes documentos, também solicitava que os mesmos fossem enviados mais cedo.

Quanto ao inventário dos bens começo logo por referir que analisando a certificação legal de contas continuam os auditores a referir que o trabalho de inventariação, bem como a sua mensuração, carece de ser aperfeiçoado, nomeadamente quanto ao reconhecimento da capitalização dos trabalhos para o próprio Município, pois não ficam claros os critérios, e sabemos que esta situação pode influenciar positivamente ou até negativamente os proveitos e ganhos, logo os resultados líquidos e por consequência a afetação dos fundos próprios. Por tal pergunto quanto deixamos de ter reservas neste domínio.

Quanto ao relatório e contas, desde já agradeço a disponibilidade e a clareza do Senhor Vice-Presidente em sede da comissão permanente, teve na explicação simples e elucidativa dos principais aspetos das contas e das dificuldades manifestas do Município.

Começando pela análise da contabilidade orçamental, efetivamente, o grau de execução de cerca de 70%, apesar das justificações com alguma pertinência, todavia faltou 30% para ser executado o previsto para 2018, e isso é que ficou plasmado no grau de execução orçamental.

Quanto à contabilidade patrimonial, e mais uma vez socorrendo-nos da certificação legal, para além da reserva já mencionada na inventariação dos bens, continua a colocar como ênfase a dívida não reconhecida por este Município às Águas do Norte, no montante de 1.017.775 €. No entanto, eu questiono o Executivo, como este valor já diminuiu, quantas sentenças já foram proferidas sobre este litígio, e em caso afirmativo se já transitaram em julgado. A ser assim e dado que a fundamentação segundo julgo saber é a mesma em todas as ações, logo o risco é ínfimo, por tal já não podemos ter medo quanto ao excesso de endividamento, assim congratulo-me que a dívida total, pese embora muito elevada, já esteja aquém do excesso de endividamento, recuperando desta forma a nossa autonomia financeira. Quanto aos fundos disponíveis

serem negativos, não é novidade, e se o Município atentasse a isso não poderia assumir compromissos futuros, colocando em causa o regular funcionamento da autarquia, por tal não é novidade para ninguém que o Município ainda continue com o atraso de pagamentos a fornecedores, apesar de diminuir ainda é de 225 dias, bem como, por exemplo, no atraso de transferência das verbas para as juntas de freguesia.

Analizando a conta de resultados, verificamos desde logo que aumentaram os custos e diminuíram os proveitos. Pergunto relativamente aos custos com o pessoal qual foi o impacto da integração dos trabalhadores a recibo verde, pois os custos com o pessoal aumentaram e os fornecimentos de serviços externos, também, ou seja, ao retirar tais custos dessa conta o normal seria reduzir, mas efetivamente não, portanto gostava destes esclarecimentos.

Também foi referido em sede de Comissão Permanente que os custos estão influenciados em cerca de 100.000 €, por contabilização de um proveito já quase há 10 anos de 2 vezes, gostava também desse esclarecimento, bem como das razões para não ter sido já corrigido, e nem sequer os auditores terem feito alguma vez referência a essa situação. Ressalvo, no entanto, que o resultado líquido ter sido negativo, muito superior ao ano anterior, todavia os fundos libertos continuam a ser positivos, a curto prazo não é mau, mas a médio e longo prazo significa que os fundos próprios vão começar a diminuir, e a este ritmo em 20 anos seriam negativos. Quanto ao balanço, a parte mais positiva prende-se com a diminuição à banca no médio prazo, pese embora continuamos com responsabilidades só de capital a pagar em 2019 superior a 1.000.000,00 €, se adicionarmos os juros será na ordem de pelo menos 1.150.000,00€, ou seja, uma parte muito substancial das receitas da Câmara.

Como parte mais negativa, aumentou a dívida a fornecedores a médio prazo, estando aqui penso eu incluída a dívida às Águas do Norte, se bem que as dívidas a curto prazo dos fornecedores tenha reduzido, mas como eu já referi continuamos com prazos de pagamentos ainda exagerados, que em nada ajuda a economia local."

- **José António Amaro Nunes** - Referiu que se continua a assumir a dependência das transferências do Estado, o que vem dar razão à incapacidade da Autarquia de gerar receita própria.

Referiu ainda o aumento do peso com gastos com pessoal na despesa corrente, assunto que foi muito criticado no passado, tendo perguntado se este aumento verificado é sustentável.

Disse que se regista o aumento da dívida aos fornecedores, tendo perguntado qual a solução para esta situação.

Relativamente ao desvio das despesas de capital, perguntou se o Executivo terá de fazer alguma mudança de estratégia.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Salientou que não está em causa a elaboração dos documentos, mas mediante a resposta obtida às suas questões decidirá o seu sentido de voto.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Destacou o facto de se continuar a apostar nas obras de proximidade e realizadas por administração direta, porque são sempre as mais importantes para a população, tendo as Juntas de Freguesia um papel fundamental na identificação das prioridades.

Salientou a saída do excesso de endividamento e destacou a importância que tem a apresentação das contas na Comissão Permanente, onde o diálogo pode acontecer de forma mais informal, agradecendo a disponibilidade manifestada para o efeito.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, tendo solicitado que esclarecesse a discrepância entre o resultado do excesso de endividamento que consta do relatório da Auditoria e o Relatório do Executivo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, em resposta ao membro Carlos Alberto Moura Cabral, relativamente à capitalização dos trabalhos para a própria entidade, explicou que só em junho de 2016 teve início o processo de gestão de atividades, que não existia até à data, sendo esse também o motivo, porque têm tanta dificuldade em inventariar obras do passado. O ano de 2017, foi o primeiro ano em que tiveram a gestão de atividades a funcionar e o ano de 2018 foi o segundo ano, por isso têm vindo a fazer um esforço no sentido dos trabalhadores cumprirem todas as formalidades, estando no bom caminho.

Quanto à evolução das dívidas das Águas do Norte, disse que já tiveram dois processos judiciais que transitaram em julgado, por isso julga que é quase nulo o risco de terem de assumir esta dívida.

Salientou que o maior problema do Município deixou de ser a dívida, porque saíram do excesso de endividamento, e passaram a ser os fundos disponíveis.

Quanto ao aumento dos fornecimentos de serviços externos, apesar dos precários terem saído dessa rubrica, explicou que todos os anos iam atrasando o pagamento às Juntas de Freguesia e às Associações quando era necessário, sem ser contabilizado na patrimonial, mas este ano pela primeira vez foi contabilizado, daí os resultados obtidos.

Quanto ao gasto com os precários, explicou que ainda só passaram três meses, mas julga que a diferença rondará em cerca de dezoito mil euros mensais.

Explicou ainda que em 2009 foi registado um valor (€100.000,00) como proveito, mas depois voltou a ser registado o mesmo proveito em 2010, por erro contabilístico, o qual foi agora detetado pelos auditores, que contra a sua

vontade o registaram em gastos, quando ele entendia que deveria ter sido registado em resultados transitados.

Ao membro José António Amaro Nunes disse que é efetivamente uma evidência o facto de o Município estar dependente do financiamento externo, e que lhe parece que o Estado quer acentuar cada vez mais essa dependência.

Quanto ao peso dos gastos com pessoal, explicou que o peso relativo se tem mantido em 43% ou 44%, e que o aumento dos gastos com pessoal não foi criado por iniciativa do Executivo, teve apenas a ver com o cumprimento da Lei.

Quanto ao desvio das receitas de capital, disse que não altera em nada o PPI, pois apesar de alguns investimentos se terem atrasado, eles estarão concluídos em 2019, e serão iniciados os que estão previstos para o corrente ano.

Disse ainda que, quando há necessidade de fazer uma revisão orçamental, fá-la sem qualquer problema, o que não quer dizer que houve uma mudança de estratégia do Executivo, mas sim uma alteração de regras que o Executivo teve de assumir.

Ao membro António Luís Carrapa Sarmento manifestou a disponibilidade para estar presente nas reuniões da Comissão Permanente sempre que julgarem necessário.

Interveio ainda o Senhor Presidente da Câmara tendo dito que registou com agrado o esclarecimento do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, e como todos perceberam o Executivo é sempre sincero no que apresenta, agradando-lhe a forma como foi discutido o assunto.

Terminada a discussão do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou os mesmos à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

- Aprovar os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e dezoito;
- Aprovar o relatório de gestão;
- Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, e que a seguir se transcreve na íntegra:

"De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

"2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício, no valor de 557.552,89 € (quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos) negativos, seja transferido para resultados transitados.

O membro José António Amaro Nunes apresentou a seguinte declaração de voto:



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

"Votámos favoravelmente os documentos com fundamento na certificação legal das contas e com as reservas e ênfases ali mencionadas."

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, foi feito um intervalo.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas, com a presença dos mesmos membros, com exceção dos membros Pompeu Ventura Sorrilha e Tiago Jorge Martins Eusébio.

PONTO 3: APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2018 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LEI N° 147/99, DE 1/09)

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezoito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. j) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por valorizar o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, agradecendo a todos os membros, quer da Comissão restrita, quer da alargada, e à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, pois entende que enquanto houver crianças com dificuldades, todos devemos estar preocupados. Referiu ainda a importância do trabalho articulado com as diversas entidades do Concelho, bem como a discricção que tem de estar sempre presente na resolução destas situações.

Deu de seguida a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, para proceder à apresentação do referido relatório.

A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca iniciou por agradecer a oportunidade para apresentar o relatório.

Agradeceu ainda a todos os comissários a disponibilidade para participarem nas comissões.

Prosseguiu a sua intervenção, com uma breve explicação sobre a composição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita.

Apresentou de seguida a realidade processual, designadamente o número total de processos transitados, abertos, reabertos e arquivados, no ano findo, e os motivos do seu arquivamento.

Passou à caracterização das crianças/jovens, em termos de idade, referindo que o maior número de processos são relativos a jovens entre os 18 e os 21 anos, os quais têm lugar a pedido dos próprios jovens.

Informou que as principais entidades sinalizadoras são as seguintes: o Agrupamento de Escolas, a CPCJ, a GNR, as entidades de acolhimento, as entidades de saúde, os pais, e pelos próprios elementos da Comissão.

Apresentou de seguida as medidas que foram aplicadas aos processos, salientando que foram privilegiados os acordos em meio natural de vida, trabalhando a problemática com a criança e com a família, com a ajuda dos diversos parceiros, nomeadamente da Escola, dos Serviços de Psicologia e da equipa do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso escolar, tendo vindo a ser obtidos bons resultados.

Referiu a realidade processual que transitou para o ano de dois mil e dezanove, salientando que é um motivo de orgulho quando se chega ao final do ano com poucos processos.

Explicou que se colocaram crianças em atividades desportivas (andebol, futebol), onde lhes são incutidos determinados princípios e com isso conseguiu-se que tivessem uma nova postura na sala de aulas, tendo-se revelado uma boa medida de combate ao insucesso escolar.

Agradeceu a parceria do Município pelo apoio logístico incondicional, à Santa Casa da Misericórdia, ao Ginásio Clube de Tarouca e ao Sport Clube de Tarouca, porque são parcerias que têm tido excelentes resultados e sem eles a Comissão não conseguiria resolver muitos dos problemas.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Iniciou por felicitar a Senhora Presidente da CPCJ, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, de forma discreta. Agradeceu ainda a todos os parceiros, fazendo votos para que cada vez haja menos processos.

- **Vitor Alexandre Cardoso Ferreira** - Deu os parabéns à Senhora Presidente da CPCJ pelo excelente trabalho que tem sido realizado, agradecendo as palavras elogiosas que dirigiu ao Sport Clube de Tarouca, tendo salientado que estão sempre disponíveis para colaborar. Agradeceu ainda a colocação dos cartazes na freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da beira com a transmissão de valores às pessoas.

- **Carlos Alberto Moura Cabral** - Disse que a comunidade deveria ficar orgulhosa com esta Comissão, porque as crianças de hoje são os homens de amanhã. Salientou ainda as Associações que criam ocupação para os jovens, cujo trabalho deve ser contínuo. Disse ainda que é salutar ver que a Comissão está a trabalhar no sentido positivo.

- **Sara Maria Paiva da Guia** - Agradeceu à Senhora Presidente da CPCJ a apresentação, louvando o trabalho da Comissão da CPCJ de Tarouca e de todas as outras, pois sabe que os técnicos têm profissões noutras entidades e para cumprirem as exigências processuais despendem muito do seu tempo pessoal.

Solicitou explicação sobre o desfasamento dos números que constam do relatório que lhes foi enviado, uma vez que logo na página número um constam 69 processos, quando em 2017 constam apenas 17 casos, o que quer dizer que o número

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

triplicou. Para além disso, verificou ainda que de 2017 para 2018 transitaram 55 casos, quando os ativos eram só 17. Perguntou quais as formas de avaliação das atividades realizadas, sugerindo que para a próxima possa constar essa avaliação.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Felicitou a Senhora Presidente da CPCJ pelo trabalho que tem vindo a ser feito e ainda as entidades parceiras, as quais são fundamentais para o sucesso dos processos.

Felicitou ainda a Comissão pelas atividades que têm sido desenvolvidas para as crianças e as ações de sensibilização, que têm sido bastante interessantes.

Concluiu dizendo que o ideal seria que não fosse necessária a existência da CPCJ, mas se os números têm tendência a baixar é sem dúvida uma boa notícia.

A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas.

Explicou que o desfasamento que existe nos números são erros da plataforma nacional e, apesar de já terem sido referidas essas lacunas em várias formações, ainda não foram resolvidas. Referiu que o número de processos correto é o 17. Explicou ainda que o número mais elevado está relacionado com processos que já vêm de anos anteriores e que já estão resolvidos, mas que continuam a ser contabilizados.

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Câmara, tendo dado os parabéns à Senhora Presidente da CPCJ e a toda a sua equipa, por resolverem os problemas de forma discreta sem exporem as crianças e ainda a forma como as incluem nas atividades que as realizam.

Foi tomado conhecimento Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e dezoito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca.

PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO 3º RELATÓRIO SEMESTRAL ATÉ 31.12.2018 SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO AJUSTADO - EMPRÉSTIMO DESTINADO A SANEAMENTO FINANCEIRO NO MONTANTE DE € 5.136.622,73, CONTRATADO EM 24.04.2017

Presente o terceiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, referente ao período de 1 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73, contratado em 24.04.2017, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de sete de fevereiro último, o qual foi enviado a todos os membros antecipadamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor José Damião Lopes Guedes de Melo disse que este Plano de saneamento ajustado é agora mais realista e mostra a parte previsional, quer da despesa, quer da receita, no qual se verifica que estão muito próximas do previsto.

Interveio o membro Carlos Alberto Moura Cabral tendo dito que em termos de execução de dívida à banca, verifica-se que continua com um desvio de 433.000,00 €, relativamente ao previsto, pese embora o Executivo justifique principalmente pela realização de um empréstimo para o financiamento complementar dos projetos comparticipados em cerca de 202.000€, com o qual julga que todos concordam, mas mesmo assim ainda temos cerca de 130 000€. No entanto, o facto de não estarmos em excesso de endividamento em cerca de 151.056 € compensa esta situação. Quanto às despesas, disse que já falou em pontos anteriores, pois os gastos com o pessoal neste plano ultrapassaram em cerca de 20% o planeado, o que já é um desvio com alguma grandeza. Quanto às outras despesas, tirando os encargos de instalações que ultrapassaram o planeado, as restantes quase reduziram o desvio total entre o planeado e o verificado para 2,5%, pelo que não descortina razões para não votar favoravelmente este relatório.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação do plenário, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o terceiro relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro ajustado, relativo ao empréstimo destinado a saneamento financeiro no montante de € 5.136.622,73 (cinco milhões e cento e trinta e seis mil e seiscentos e vinte e dois euros e setenta e três cêntimos), contratado em vinte e quatro de abril de dois mil e dezassete, referente ao período de um de julho a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

Presente a proposta de 2ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para 2019, aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezoito de abril de corrente, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2019

PROPOSTA

Considerando:

a) a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento para o corrente ano, de criar a rubrica da receita 160101 - "Saldo da gerência anterior- Na posse do serviço", a aprovar pela Assembleia Municipal em 26.04.2019, para utilização do mesmo, conforme previsto na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n° 54-A/99, de 05.04, na sua redação atual;

b) que a Lei do Orçamento do Estado para o corrente ano, permite alterações facultativas de posicionamento remuneratório, e para o efeito, na sequência da deliberação desta Câmara Municipal proferida no início de 2019, é necessário criar a rubrica da despesa 01010403 - "Alterações facultativas de posicionamento remuneratório";

c) foi celebrado com a sociedade "Águas do Norte, S.A." um acordo de regularização de dívida, não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o que permite reduzir o valor da despesa com a prestação dos serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, em alta, previsto no Plano de Atividades Municipais para o ano em curso;

d) a necessidade de incluir a ação, não prevista, "Trabalhos por administração direta"- Parque Ribeirinho de Tarouca" e de reforçar os montantes da despesa para anos seguintes afetos aos projetos: "Abastecimento de água - Maquinaria e Equipamento/Material de Transporte-Locação Financeira"; "Construção da AAEL de Tarouca" e "Requalificação do Parque de Santa Helena";

Proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão ao Orçamento e ao Plano de Atividades Municipais para o ano **2019**, cujos mapas se anexam:

*2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 119.391,09 e diminuições/anulações no montante de € 359.576,09;

*2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 479.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00;

*2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 102.000,00;

*2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 7.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.1 a 8.3.1.4. e 8.3.2.2. do POCAL.

Paços do Município, 16.04.2019

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Interveio o membro José António Amaro Nunes tendo perguntado qual é o peso que os trabalhos que não foram previstos para

serem executados por administração direta têm nas respetivas empreitadas.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o orçamento do Parque Ribeirinho ascende a um milhão de euros, mas só foi possível candidatar setecentos mil euros, pelo que tiveram de alterar o caderno de encargos e fazer os trabalhos não incluídos na empreitada por administração direta.

Quanto à AAEL, disse que houve um mapeamento das zonas industriais já existentes ao nível da CIMDouro, que só incluía mesmo as existentes. Por isso, numa reunião da CIMDouro, com a presença do Secretário de Estado, insistiu na necessidade de haver acesso ao financiamento de novas áreas empresariais, tendo em conta que Tarouca é um território de baixa densidade. Numa reunião na Comissão de Coordenação da Região Norte foi-lhe informado que, em breve, será aberto um eixo para o efeito, pelo que decidiram parar os trabalhos e aguardar pela candidatura.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade provar os seguintes documentos:

*2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 119.391,09 e diminuições/anulações no montante de € 359.576,09;

*2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 479.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00;

*2ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 102.000,00;

*2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta inscrições/reforços no montante de € 7.815,00 e diminuições/anulações no montante de € 720.000,00.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

Presente o pedido de autorização para adesão do Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais, aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 21 de fevereiro de 2019, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação e que a seguir se transcreve:

"ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando que

- Foi constituída a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), com sede na freguesia de Cedofeita, concelho do Porto, por escritura de 07 de maio de 2016, cujo objeto é valorizar o papel das assembleias municipais na



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

organização democrática dos municípios, apoiando e promovendo para o efeito estudos, seminários, congressos e publicações;

- São associados da ANAM os Municípios, representados pelos respectivos Presidentes da Assembleia Municipal, cujas assembleias municipais hajam deliberado a sua adesão a esta Associação;

- A Assembleia Municipal em sua sessão ordinária de 01 de fevereiro de 2019 recomendou à Câmara Municipal que delibere a participação do Município na ANAM, com uma quota anual de € 1.000,00,

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12.09, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a adesão deste Município à Associação Nacional das Assembleias Municipais, na qual será representado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Mais proponho que sejam aprovados os estatutos da mencionada Associação e o pagamento da quota anual de € 1.000,00 (mil euros).

Paços do Município, 19 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que na última sessão da Assembleia Municipal foi proposta uma recomendação ao Executivo para deliberar sobre a participação do Município de Tarouca na ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais. Esta Associação visa sobretudo valorizar o papel das Assembleias Municipais na organização democrática dos Municípios e apoiar juridicamente as mesmas sempre que for necessário bem como a promoção de estudos, seminários e publicações.

Assim, a Câmara Municipal está a pedir autorização a este órgão para a adesão deste Município à ANAM, com uma quota anual de 1.000€ (mil euros), na qual será representado pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Interveio o seguinte membro:

- **José António Amaro Nunes** - Em jeito de reflexão, disse que em todas as Associações que o Município integra consegue ver um objeto significativo e nesta Associação só vislumbrar um objeto genérico e abstrato, perguntando qual é o seu objeto em concreto, tendo em

conta que o Município já integra a Associação de Municípios Portugueses.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que o objeto da Associação é a valorização das Assembleias Municipais, porque teoricamente estes órgãos têm valor, mas na realidade se não houver um bom relacionamento com o Executivo, têm quase um papel inócuo, porque não têm sequer um orçamento próprio. Disse ainda que a Associação está a ter uma grande adesão dos Municípios do País.

Salientou que se chegarem à conclusão que a Associação não se traduz numa valorização efetiva das Assembleias Municipais, desistirão da mesma.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão deste Município à ANAM-Associação Nacional das Assembleias Municipais, na qual será representado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com os respetivos estatutos e mediante o pagamento da quota anual de € 1.000,00 (mil euros).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL INERENTE AO CONTRATO A CELEBRAR RELATIVO À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA"

Presente o pedido de autorização para assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar relativo à empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca", aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião de 18 de abril de 2019, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros para apreciação, o qual a seguir se transcreve:

"EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA "ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA"

**AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL
PROPOSTA**

O Município tem intenção de apresentar uma candidatura aos fundos comunitários para financiamento da execução da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca".



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O valor do respetivo orçamento é de 549 612,74 €, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A adjudicação da empreitada será precedida de concurso público, prevendo-se que a consignação da obra ocorra a partir do mês de outubro de 2019, repartindo-se assim a maior parcela do encargo no ano 2020.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar.

Assim,

PROPONHO a V.Exa que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **solicitar à Assembleia Municipal autorização para a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca"**, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano 2020, que se estimam no montante máximo de 500 000 €.

Tarouca, 15.04.2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção do compromisso plurianual inerente ao contrato a celebrar na sequência da abertura do concurso público para adjudicação da empreitada de construção da "Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca", de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, em valor correspondente aos encargos a suportar no ano dois mil e vinte, que se estimam no montante máximo de 500 000 € (quinhentos mil euros).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8 APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTANTES DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO, REFERENTE AO ANO DE 2018

Presente o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei nº 24/98, de 26 de maio - Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de dois mil e dezoito.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da Lei nº 24/98, de 26 de maio, referente ao ano de dois mil e dezoito.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE À AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTE AO PERÍODO DE 23.01.2019 a 16.04.2019

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de dezoito de abril corrente, respeitante aos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 10.12.2018, respeitante ao período de 23.01.2019 a 16.04.2019, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 23.01.2019 a 16.04.2019.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10 APRECIÇÃO DOS DIPLOMAS DE TRANSFERÊNCIA DE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E PROTEÇÃO ANIMAL

Presentes os diplomas setoriais de transferência de novas competências para os órgãos municipais em matéria de educação, cultura, saúde e proteção animal que concretizam o respetivo quadro de transferência, aprovado pela Lei nº 50/2018, de 16.08

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que na última sessão da Assembleia Municipal foram



2019.04.26

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

objeto de discussão a transferência de novas competências para os Municípios em diversas áreas, em consequência da Lei n.º 50/2018, de 16/08, tendo o Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos restantes diplomas, sugerido a aceitação da transferência das respetivas competências tal como aconteceu com os diplomas discutidos nessa Assembleia. Disse que em janeiro do corrente ano, foram publicados diplomas relativos às transferências de novas competências nas áreas da proteção e saúde animal, educação, cultura e saúde, saúde, cultura, os quais não foram objeto de discussão naquela assembleia.

Referiu que a sua aceitação não carece de deliberação desta Assembleia Municipal. Não obstante a aceitação pela Câmara Municipal destas novas competências, quer ele próprio, quer o Senhor Presidente da Câmara entenderam, pelo seu caráter relevante, que as mesmas deveriam ser objeto de discussão neste órgão.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que em relação à saúde foi enviado um mapa com os valores, tendo sido apresentada reclamação dentro do prazo, solicitando o aumento dos valores previstos.

Em relação à educação, também já está a ser analisado o mapa com os valores previstos.

Quanto às restantes competências ainda nada foi recebido.

Foi tomado conhecimento.

PONTO 11 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12.09) a qual será arquivada sob o número dezoito, do maço de documentos número um do livro de atas número doze.

Não houve intervenções.

Foi tomado conhecimento da presente informação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e quinze minutos, da qual se lavrou a

presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Ana Clara Gomes Borges*, Técnica Superior, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

